



Carlos Rodrigues/AE

Após a libertação dos professores, a polícia identifica estudantes: processos

Universitários detêm docentes por 12 horas

PORTO ALEGRE — Durante 12 horas três professores foram detidos por 100 estudantes no ginásio de esportes da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre. Os reféns eram integrantes de uma comissão de inquérito, instalada para apurar responsabilidades na invasão do restaurante universitário, ocorrida no dia 13 de março.

A "detenção" começou às 15h30 de quarta-feira e só terminou às 3h30 de quinta, quando policiais civis e militares cercaram os estudantes e os forçaram a libertar os professores. Não houve prisões, mas 60 universitários foram identificados e responderam a inquérito policial.

Segundo a reitoria da PUC, os estudantes invadiram a sala

onde se reunia a comissão de inquérito administrativo para ouvir o depoimento de 11 colegas que tinham invadido o restaurante universitário por não concordarem com o aumento da refeição, de NCzs 0,52 para NCzs 0,95, sob alegação de que os preços estavam congelados.

Naquele dia, por decisão de assembleia coordenada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), os alunos entraram no refeitório só pagaram o preço antigo. A direção do restaurante depositou o dinheiro em juízo. Em seguida, o prédio foi depredado e por isso foi instaurado o inquérito administrativo. O professor Eurico Saldanha Lemos assessor da reitoria, acrescentou que, devido à invasão do ginásio de esportes, na

quarta-feira, apenas três estudantes chegaram a ser ouvidos.

Segundo Lemos, os professores Mario Vilella, Vilar Fortes e Renato Marsiaj não sofreram violência física "mas foram ameaçados de agressão". O assessor da reitoria explicou ainda que o delegado Sérgio Abid, da Polícia Civil, instaurou um inquérito acusando os alunos de seqüestro e manutenção dos docentes em cárcere privado.

Na próxima semana a reitoria da PUC decidirá o que fazer com relação a esses 60 alunos. Tudo indica que haverá novo inquérito administrativo que poderá redundar até em expulsões. Para poder ser aplicada essa pena é necessária aprovação do Conselho Universitário.